

# Arinos considera inviável

ANC 88  
Pasta Fev/Dez 85  
187

Ass Const

Quarta-feira, 27 de novembro de 1985 — POLÍTICA — 5

AULO

## a tese das diretas em 86

Da Sucursal do Rio

Manoel Pires



O jurista Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais —encarregada pelo governo de fazer um anteprojeto de Constituição para ser discutido no Congresso constituinte a ser eleito em 86—, disse ontem no Rio que considera a tese do PDT e PT, que defendem diretas em 86 para presidente, inviável: "Eles querem diretas-já mas sabem que não é viável". Com a ressalva de que "um professor fala em tese, na generalidade, e partido quer dizer particularidade", Arinos disse ainda que os dois partidos não obtiveram mais de dez por cento dos votos nas eleições municipais "o que inviabiliza uma grande mobilização de massa em favor da tese".

Arinos fez estas declarações ao deixar a Fundação Casa de Ruy Barbosa, no Rio, onde estava sendo realizada uma exposição sobre sua vida em homenagem aos oitenta anos que completa hoje. A exposição foi aberta pelo presidente José Sarney que não quis falar sobre política, limitando-se a elogiar o homenageado.

Arinos voltou a dizer que a tendência da comissão que preside é a de assumir a defesa do sistema parlamentarista de governo. E disse considerar necessária uma reordenação partidária antes que o Congresso Constituinte seja eleito.

### Solenidade

A solenidade de abertura da exposição foi rápida: na presença de Sarney —acompanhado de sua mulher, Marli, do governador José Aparecido de Oliveira e do senador Luiz Viana— e de cerca de cinquenta pessoas, o professor Francisco de Assis Barbosa, organizador da homenagem, fez o único discurso. Em seguida, os presentes visitaram a exposição, que inclui quadros, fotos, livros, poemas, condecorações, diplomas e homenagens ao jurista, e lembranças dos antepassados, também famosos —o pai, Afrânio de Melo Franco e o irmão do trisavô materno, Francisco de Melo Franco (médico da rainha da Maria e da Imperatriz da Leopoldina).

### Comitê paulista quer governo intermediário

Da Reportagem Local

A maioria dos membros da seccional de São Paulo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais —convocada em setembro para elaborar um esboço de anteprojeto de Constituição como subsídio ao trabalho da Assembléia Legislativa— é favorável à adoção de uma forma de governo intermediária entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Embora entre os paulistas não haja consenso sobre a necessidade de existência de um primeiro-ministro, é certo que todos concordam com a necessidade de fortalecimento do Parlamento, através do aumento de seu poder de controle sobre o Executivo.

A posição dos paulistas é semelhante à que predomina entre os membros da seccional do Rio de Janeiro. Anteontem, no Rio, a seccional reuniu-se para discutir um documento apresentado por quatro de seus integrantes que propõe a adoção de um regime "presidencialista congressional", onde o presidente da República divide poderes com um governo de gabinete comandado por um primeiro-ministro. Mas este seria indicado pelo próprio presidente, com a aprovação do Congresso.

A seccional de São Paulo se reunirá amanhã, às 14h30, para proceder a um exame final dos temas que vem debatendo e também para apreciar a proposta de regimento da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, elaborada pelo jurista Miguel Reale Júnior. Este encontro será o último, em São Paulo, antes da reunião plenária de todas as seccionais —além das de São Paulo e Rio existem também as de Brasília e Minas Gerais—, a realizar-se no Rio, dia 4 de dezembro.

Arin -  
CPFE